

NEWSLETTER
Informação Fiscal, Contabilística e Societária

Edição: Março 2007

1- MENSAGEM DA DIRECÇÃO

Uma empresa de sucesso não é resultado do acaso, nem fruto de um “golpe de sorte”.

A cooperação e a confiança são os ingredientes essenciais para gerir estratégias de mudança e de adaptabilidade às transformações de mercado.

Concretizar a transformação das empresas implica transformar as pessoas primeiro.

As pessoas que partilham os mesmos princípios mobilizam-se com unidade, no sentido de influenciar positivamente o crescimento e os resultados, promovendo a produtividade e a prosperidade.

Investir no desenvolvimento de potencial dos colaboradores será investir num futuro de sucesso, nomeadamente na formação contínua e consistente com os objectivos e necessidades das organizações

Cada membro da empresa com inteligência e racionalidade é um activo imprescindível e incomensurável, ou seja, o Activo Intangível de maior valor que condiciona o sucesso ou insucesso.

É neste sentido que recomendamos aos nossos estimados clientes que repensem as suas organizações, a fim de as dotar de Recursos Humanos competentes e especializados, assegurando o futuro das vossas empresas.

Uma Páscoa Feliz para todos vós.

Por si, com estima,

A Direcção,
Paulo Anjos

2- IVA - INVERSÃO DO SUJEITO PASSIVO (Decreto-Lei nº 21/2007)

A partir de 1 de Abril de 2007 haverá lugar à inversão do sujeito passivo de IVA nos trabalhos de construção civil e subempreiteiros.

Assim, os adquirentes de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, montagem, conservação e demolição de bens imóveis, em regime de empreitada passam a ser os responsáveis pela liquidação do IVA.

Para o efeito os prestadores de serviços de construção civil e similares devem apurar se o adquirente dos serviços prestados tem a qualidade de sujeito passivo de IVA.

Caso o adquirente tenha a qualidade de sujeito passivo do IVA então compete a este a responsabilidade pela liquidação do IVA.

Para estes clientes, a partir de 1 de Abril de 2007, o empreiteiro ou subempreiteiro emitirá as facturas sem indicação do valor do IVA a liquidar, cabendo ao cliente a obrigação de calcular, liquidar e entregar ao Estado o imposto incidente sobre os trabalhos realizados.

Por esta razão, a factura emitida pelo empreiteiro ou subempreiteiro deverá conter a expressão “**IVA devido pelo adquirente**”, que será o dono da obra.

Chama-se a atenção para a **condição fundamental** de que depende a aplicação destas novas regras e que se traduz no facto de esta inversão do sujeito passivo só ser possível se os intervenientes da relação (empreiteiro, subempreiteiro, dono da obra) forem sujeitos passivos de IVA com direito à dedução do IVA suportado.

Nestes termos, na relação entre o empreiteiro e o **cidadão/particular** (que não é sujeito passivo de IVA) não se aplica a regra “inversão do sujeito passivo de IVA”, mantendo-se para o empreiteiro executante da obra, a obrigação de emitir a factura ao seu cliente nos termos habituais, com IVA à taxa respectiva e, posteriormente entregar ao Estado o imposto devido.

Na realidade, o que se irá passar a partir de 1 de Abril de 2007, é que, as empresas da construção poderão ter de recorrer com maior frequência ao pedido de reembolso do IVA ao Estado, uma vez que poderão tornar-se continuamente em credores do Estado, por via desta inversão do sujeito passivo do IVA.

Recomenda-se que seja efectuada uma comunicação a cada empreiteiro ou subempreiteiro que vos fornece serviços de empreitada ou subempreitada, com o seguinte teor:

“ As facturas emitidas por V. Exas. com data de, ou posterior a, 1 de Abril de 2007, para a nossa empresa, deverão ser emitidas isentas de IVA, devendo conter a menção “IVA devido pelo adquirente”.”

3- DISPONIBILIZAÇÃO DE VALORES NAS CONTAS BANCÁRIAS

O Banco de Portugal definiu os procedimentos a adoptar, a partir do dia **15 de Março**, no âmbito das novas regras de disponibilização de valores depositados em contas bancárias. Esta entidade divulgou um conjunto de procedimentos que visam a harmonização do cumprimento das novas regras por todas as instituições de crédito.

Assim, determinou que as instituições de crédito não devem considerar ou equiparar a depósitos bancários, o lançamento na conta de depósitos à ordem de valores resultantes de operação de concessão de crédito ou equiparada, de juros e de estorno de valores debitados. Por outro lado, a entrega de valores ao balcão, em terminais automáticos que não disponham de possibilidade de conferência imediata, ou em cofres nocturnos ou diurnos, com renúncia, por parte de quem entrega esses valores, à conferência imediata pelo depositário, e a recolha de valores junto dos clientes e outras entregas nas quais não se verifique a sua conferência imediata pelo depositário, apenas serão considerados depósitos bancários após conferência e certificação pela instituição de crédito depositária ou seu representante, o que deve ocorrer no prazo máximo de 24 horas.

Independentemente das formas de depósito ou transferência utilizadas para crédito de valores em conta, há que ter em atenção o horário normal de funcionamento destas instituições. Para este efeito, o Banco de Portugal estabelece que se considera horário normal de funcionamento ao público, o período do dia entre as 8 horas e 30 minutos e as 15 horas, de segunda-feira a sexta-feira, com excepção dos dias feriados.

O Banco de Portugal pronunciou-se igualmente sobre os **cheques visados**, determinando que estes documentos devem ter tratamento especial, designadamente quanto aos aspectos susceptíveis de viciação, e as importâncias pelos quais foram emitidos devem ser cativas por período não inferior ao prazo legal de apresentação a pagamento. Estes títulos podem ser revogados tal como os demais cheques, e sempre que não venham a ser utilizados, devem ser destruídos ou anulado junto à instituição bancária que os emitiu, impedindo a sua utilização abusiva ou fraudulenta por terceiros de má-fé.

Quanto às **transferências entre contas sediadas na mesma instituição de crédito**, os valores em causa devem ser creditados na conta do beneficiário no mesmo momento em que for debitada a conta do ordenante. Ou seja, as operações contabilísticas deverão ser realizadas ao mesmo tempo, em ambas as contas.

O Banco de Portugal esclareceu ainda que instituições de crédito são livres de oferecer aos seus clientes condições mais favoráveis do que as impostas por lei, relativamente à disponibilização de fundos depositados e datas-valor, mantendo-se a proibição de débito de juros, ou de qualquer despesa correspondente, pela movimentação dos fundos disponibilizados. Por outro lado, impõe que sempre que os clientes dos balcões sejam aconselhados a utilizar os terminais automáticos, para efectuar depósitos de numerário, de cheques e outros valores ou transferências bancárias, devem ser devidamente esclarecidos sobre as diferenças de tratamento a dar aos depósitos que pretendam efectuar, sobretudo nos prazos de disponibilização e datas-valor. As **novas regras sobre os prazos de disponibilização de fundos e datas-valor** constam de um diploma, recentemente publicado, que estabelece o modo de determinação da data-valor de qualquer movimento de depósitos à ordem e transferências efectuadas em euros, isto é, a data a partir da qual a transferência se torna efectiva podendo a respectiva quantia ser movimentada pelo beneficiário, iniciando-se a eventual contagem de juros.

Trata-se de mais um diploma que visa defender os consumidores de determinadas práticas dos bancos consideradas lesivas para os utentes, disciplinando-as.

Deste modo, a partir de 15 de Março último, entende-se que a data-valor de um **depósito** corresponde:
- ao **dia da sua realização** para os depósitos em dinheiro efectuados ao balcão e para os cheques normalizados sacados sobre o próprio banco no qual são depositados, bem como aos cheques visados, mesmo que sacados sobre um banco distinto daquele em que são depositados (actualmente a data valor destes movimentos é, no mínimo, o dia útil seguinte);

- ao **segundo dia útil seguinte** ao da sua apresentação para os cheques sacados sobre um banco distinto daquele em que são depositados, com excepção dos cheques visados (actualmente a data valor destes movimentos é, em regra, o 5º o dia útil seguinte), devendo o respectivo saldo credor ficar disponível nesse mesmo dia útil.

No que respeita aos **depósitos em numerário efectuados em máquinas multibanco ou terminais automáticos**, a data-valor e a disponibilização do saldo credor ocorrem no primeiro dia útil após a realização do depósito. No entanto, os depósitos em numerário realizados num dia útil, em terminais automáticos que disponham de equipamento para conferência de notas, deverão ficar disponíveis no próprio dia, tendo a data-valor desse mesmo dia.

Por seu lado, o valor dos cheques depositados em máquinas deverá ficar disponível e ter a data-valor do 2º dia útil seguinte ao depósito.